



PROCON
INSTITUTO DE DEFESA DO

Simulado Final

PROCON DF

**Analista de Atividades
de Defesa do Consumidor**
Direito e Legislação - Pós-Edital

Simulado

Simulado Final - PROCON DF (Analista de Atividades de Defesa do Consumidor - Direito e Legislação)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso PROCON DF (Analista);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PROCON-Analista-22-04>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	47 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

LÍNGUA PORTUGUESA*Fabrizio Dutra*

O Procon (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor) é um órgão que atua na defesa dos direitos dos consumidores em todo o Brasil. Ele é responsável por fiscalizar e orientar as empresas que fornecem produtos e serviços ao público, buscando garantir a qualidade dos mesmos e proteger os consumidores de práticas abusivas e ilegais.

Uma das principais funções do Procon é receber e analisar as reclamações dos consumidores, buscando resolver conflitos de maneira extrajudicial. Em casos mais graves, o órgão pode aplicar sanções administrativas, como multas e interdições, ou encaminhar o caso para o Ministério Público.

O Procon também tem como objetivo orientar os consumidores sobre seus direitos e deveres, além de promover a educação para o consumo responsável. Para isso, realiza palestras, cursos e campanhas de conscientização em escolas, universidades e comunidades em geral.

Entre os principais temas em que o Procon atua estão cobranças indevidas, práticas abusivas de venda, publicidade enganosa, produtos com defeitos ou vícios, problemas com serviços de telecomunicações, bancos e cartões de crédito, entre outros.

Em resumo, o Procon é um importante aliado dos consumidores brasileiros na luta por seus direitos, atuando na prevenção e resolução de conflitos de consumo e promovendo a educação para o consumo consciente.

Sobre o texto acima, julgue os itens abaixo com C (para certo) e E (para errado).

01. Na expressão “em todo o Brasil”, se o artigo fosse retirado, seria provocada uma incorreção gramatical.

02. A expressão “por fiscalizar e orientar” apresenta valor de causa na oração em que se insere.

03. No primeiro parágrafo, a expressão “buscando garantir” poderia, com manutenção da correção gramatical, ser substituída por “buscando a garantia”.

04. A expressão “Em resumo” poderia ser corretamente substituída por “em suma” ou “para resumir”.

05. O Procon é um órgão responsável pela defesa dos direitos dos consumidores que tem inspirado outros países em seus respectivos ordenamentos jurídicos.

06. O Procon passou a não ter mais autoridade para aplicar sanções administrativas, como multas e interdições.

07. Entre os principais temas que o Procon atua estão problemas com serviços de telecomunicações, bancos e cartões de crédito, mas não problemas com produtos com defeitos ou vícios.

08. No primeiro período do segundo parágrafo, o verbo “é” poderia ser substituído por “são”, com manutenção da correção.

09. No quinto parágrafo, a expressão “importante aliado” poderia ser reescrita, com manutenção do sentido e da correção, da seguinte forma: aliado importante.

10. No último parágrafo, a expressão “por seus direitos” exerce a função de objeto indireto.

É preciso ter calma ao generalizar porque se corre o risco de não dar a devida importância aos casos. O bullying sempre existiu e sempre foi o causador de diversos problemas psicológicos, emocionais e, eventualmente, físicos.

Muitos adultos alegam que, o que antes era considerado normal, hoje foi “problematizado” pelas novas gerações. Contudo, isso não é uma verdade.

As argumentações, discussões e até brigas pontuais entre colegas de sala, por exemplo, não podem ser consideradas atos de bullying. Isso porque bulliyings escolar infantil — e qualquer outro — é uma agressão intencional, que acontece repetidas vezes e que, geralmente, ocorre na presença de espectadores.

A fala de que “tudo é bullying agora” carrega, inclusive, uma carga bastante pesada, já que, em alguma medida, ela invalida a luta pela conscientização a respeito desse problema. Por isso, é necessário cuidado!

Mas como identificar o bullying na educação infantil? Alguns sintomas, em especial, comportamentais das crianças podem ser um indício de que ela está sendo vítima.

Vale ressaltar que não existe uma pessoa que seja responsável por reconhecer esses sinais: podem ser os pais, avós, familiares ou professores.

11. A expressão “ao generalizar” apresenta valor semântico de tempo.

12. Na expressão “se corre”, a partícula “se” poderia corretamente ser deslocada para depois do verbo “corre”.

13. Na expressão “ter calma ao generalizar” exerce a função de complemento, na oração em que está inserida.

14. Na oração “Muitos adultos alegam que, o que antes era considerado normal, hoje foi

“problematizado” pelas novas gerações”, o termo “que” exerce a mesma função nas duas ocorrências.

15. Na oração “A fala de que ‘tudo é bullying agora’ carrega”, o termo “que” é um pronome relativo.

16. No segundo parágrafo, o termo “Contudo” apresenta valor de adversidade.

17. No terceiro parágrafo, as vírgulas que isolam a expressão “por exemplo” poderiam ser retiradas devido ao fato de essa expressão ser de curta extensão.

18. No trecho “e que, geralmente, ocorre na presença de espectadores”, o emprego das vírgulas tem caráter facultativo.

19. No último parágrafo, o termo “o bullying” exerce a função de sujeito.

20. No último parágrafo, o termo “uma pessoa” exerce a função de complemento direto.

ATUALIDADES

Rodolfo Gracioli

21. O Brasil encerrou o ano de 2022 como a 12ª economia do mundo em valores correntes, segundo projeções compiladas pela Austin Rating. Apesar das sanções econômicas impostas contra a Rússia, o país comandado por Vladimir Putin aparece na 9ª posição do mesmo ranking.

22. Em 2023, a Organização Mundial da Saúde, entidade que conduz as orientações sobre a pandemia da covid-19, completou 75 anos. A entidade é comandada pelo etíope Tedros Adhanom.

23. A COP 27 terminou com um acordo dos países para reduzir a emissão de gases que intensificam o efeito estufa. Para isso, as nações mais poluidoras deverão garantir redução de 30% da emissão de dióxido de carbono e metano.

24. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a nova vacina contra a dengue. Disponível para pacientes de 4 até 60 anos, administrada em duas doses com intervalo de 3 meses, a Degvaxia pode ser aplicada apenas para pacientes que tenham se contaminado com a doença.

25. Odessa, a cidade portuária do Mar Negro passa agora a duas relações: a de patrimônio mundial e a de patrimônio em perigo. Nos últimos meses, os processos ocorreram em paralelo à inscrição do Centro Histórico de Odessa na Lista do Patrimônio Mundial. A entidade da ONU responsável pelos patrimônios é a Unesco.

26. O Brasil entrou pela 1ª vez no ranking mundial de geração de energia solar fotovoltaica, ficando na 8ª posição em 2022. A informação é da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica) com base em relatório divulgado pela Irena (sigla em inglês para Agência Internacional de Energia Renovável).

27. Ao assumir o governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou uma medida provisória diminuindo o número de ministérios. Apesar de tal decisão, com a reorganização, foi criado o Ministério dos Povos Indígenas.

28. Há um ano, os grandes lexicógrafos de Oxford Languages obediamente estenderam os braços e escolheram “vax” como a palavra do ano de 2021. Mas este ano, a venerável editora por trás do

Oxford English Dictionary selecionou o termo metaverso.

29. Dez anos após ingressar na [União Europeia](#) (UE), a [Croácia](#) adotou o euro como moeda oficial e também passou a integrar o espaço Schengen de livre circulação, que é composto por países do bloco europeu, Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

30. A Finlândia se tornou o 31º membro da [Organização do Tratado do Atlântico Norte \(Otan\)](#), e sua bandeira foi hasteada na sede do bloco em Bruxelas — anunciou o chefe da aliança militar, Jens Stoltenberg. A Suécia ainda articula a formalização da entrada no grupo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

Emannuelle Gouveia

31. No SEI, só é possível realizar a autenticação de documentos com o uso de assinatura digital

32. O tipo de spam utilizado para o envio de apresentações com o intuito de introduzir Trojans nas máquinas é conhecido como hoax.

33. O malware que tem por função básica facilitar o retorno do atacante sem que o mesmo seja detectado é conhecido como Backdoor.

34. No Excel é possível o uso de funções pré-determinadas, porém aquelas que contiverem acento ortográfico em seu nome (descrição) só serão reconhecidas se forem escritas com o acento.

35. No Word, a funcionalidade de Hifenização habilita o Word para utilizar o hífen corretamente e separar sílabas adequadamente. Ela pode ser encontrada na área Parágrafo, na guia Design.

36. No PowerPoint a funcionalidade de “Transição” permite a inserção de efeitos de movimentos em elementos específicos de um slide.

37. No Windows Explorer, ferramenta do Windows 10, é possível exibir elementos nos modos de exibição: Lista, Detalhes, Ícones Extra Grandes, dentre outros.

38. A intranet é o tipo de rede corporativa que oferece acesso irrestrito aos funcionários de uma empresa e pode ser acessada de outros local físico que não seja a instalação da empresa.

39. Nas redes de computadores, podemos utilizar aparelhos comutadores para possibilitar a comunicação entre diversos aparelhos simultaneamente.

40. No Word, a funcionalidade Pincel permite preencher o interior de imagens e elementos existentes no texto.

LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

41. Conforme previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue o item a seguir. Proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum, constitui um dos fundamentos do Distrito Federal.

42. De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue o item que se segue. O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à desconcentração administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento econômico e à melhoria da qualidade de vida.

43. Tendo em vista o disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue o item que se segue. Compete privativamente ao Distrito Federal dispor sobre apreensão, depósito e destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação local.

44. Sobre a Administração Pública na Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue o item a seguir. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, participação popular, transparência, eficiência e interesse público.

45. Sobre a Defesa do Consumidor na Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue o item que se segue. O Poder Público adotará medidas necessárias à defesa, promoção e divulgação dos direitos do consumidor, em ação coordenada com órgãos e entidades que tenham estas atribuições, na forma da lei.

46. De acordo com o Meio Ambiente na Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue o item a seguir. As terras públicas, consideradas de interesse para a proteção ambiental, poderão ser transferidas a particulares, desde que por autorização da maioria absoluta da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

47. Conforme previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Distrito Federal, a posse do servidor ocorre com a assinatura do respectivo termo, do qual devem constar as atribuições, os direitos e os deveres inerentes ao cargo ocupado. Sobre o tema, julgue o item que se segue. A posse deve ocorrer no prazo improrrogável de trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação.

48. Sobre o Estágio Probatório na LC 840/2011, julgue o item que se segue. Na hipótese de acumulação lícita de cargos, o estágio probatório é cumprido em relação a cada cargo em cujo exercício esteja o servidor, vedado o aproveitamento de prazo ou pontuação.

49. Sobre o Regime Disciplinar na LC 840/2011, julgue o item que se segue. A suspensão é a sanção por infração disciplinar média pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, sem perda da remuneração ou subsídio dos dias em que estiver afastado.

50. De acordo com a Lei 4.502/2010, que cria a Carreira Atividades de Defesa do Consumidor do Distrito Federal. Julgue o item que se segue. Os integrantes da Carreira Atividades de Defesa do Consumidor do Quadro de Pessoal do IDC-PROCON/DF ficam submetidos à jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

51. O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos negócios jurídicos cujo objeto são produtos imateriais.

52. A inversão do ônus da prova é um direito básico do consumidor.

53. O fornecedor não pode colocar no mercado produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança.

54. Em relação aos vícios no produto, o consumidor poderá exigir a substituição do produto por outro

da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, de imediato.

55. O vício aparente em uma televisão recentemente comprada poderá ser reclamado pelo consumidor no prazo prescricional de noventa dias.

56. O direito de arrependimento deverá ser exercido em até sete dias após a compra de um produto pela internet.

57. O consumidor poderá ajuizar a ação de responsabilização civil do fornecedor na comarca de seu domicílio, ainda que a assinatura do contrato ou a execução deste tenham ocorrido em localidade diversa.

58. Considera-se consumidor a vítima de um acidente de ônibus em transporte urbano, ainda que não fosse passageiro.

59. A reexecução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.

60. A ação coletiva julgada procedente no caso de direito individual homogêneo terá efeito *ultra partes*.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

61. A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável.

62. O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.

63. O negócio jurídico nulo não convalesce pelo decurso do tempo.

64. Considera-se nulo o negócio jurídico dissimulado.

65. Nas obrigações de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, salvo por força maior ou caso fortuito.

66. Conserva o caráter indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.

67. Convertendo-se a obrigação em perdas e danos, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.

68. Salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito não se incluem seus acessórios.

69. É válido o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo, salvo se provado depois que ele não era credor.

70. A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente do consentimento deste.

71. A revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.

72. É anulável o contrato de compra e venda, quando se deixa a fixação do preço ao arbítrio exclusivo de uma das partes.

73. O dono de prédio responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

74. Dano estético e dano moral são inacumuláveis.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Thállius Moraes

Considerando as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil (CPC), julgue os próximos itens.

75. A herança jacente ou vacante será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo seu inventariante.

76. Conforme o princípio da instrumentalidade das formas, os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial.

77. Há impedimento do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau.

78. O Ministério Público deverá intervir sempre que a Fazenda Pública for uma das partes.

79. Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras ser realizadas no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido pelo CPC.

80. Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração ao número de partes no processo.

81. A citação será efetivada em até quarenta e cinco dias a partir da propositura da ação

82. O autor somente poderá aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir se houver consentimento do réu.

83. A tutela provisória requerida em caráter incidental exige o prévio pagamento de custas.

84. O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não terá qualquer eficácia probatória.

85. O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.

86. A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de quinze dias.

87. O recurso adesivo, que deve ser apresentado no prazo das contrarrazões, é admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.

Considerando as disposições da Lei 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais Cíveis, julgue o próximo item.

88. No Juizado Especial Cível a assistência por advogado é obrigatória.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base as disposições contidas na Lei 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

89. A concorrência destina-se à contratação de objetos de materialidade elevada, razão pela qual

não é compatível com a adoção do critério maior desconto.

90. É dispensável a licitação para contratação de serviços para atender à situação de emergência, desde que tais serviços possam ser concluídos no prazo máximo de 180 dias, contados da data da ocorrência da situação emergencial.

91. Objetos que possam ser contratados por meio de credenciamento justificam a adoção de inexigibilidade de licitação.

92. O orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, mediante ato justificado. Todavia, tal sigilo, quando houver, não prevalece para os órgãos de controle.

Em relação aos poderes administrativos e ao controle e responsabilização do poder público, julgue os itens a seguir.

93. Considera-se constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

94. Abuso de poder somente pode ser caracterizado mediante condutas comissivas.

95. É cabível controle judicial sobre atos discricionários, desde que restrito a aspectos de legalidade.

96. A responsabilização civil de agentes públicos por danos causados no exercício de suas atividades a

terceiros é juridicamente possível, desde que se comprove a ocorrência de dolo.

Em relação à organização administrativa do Estado, julgue os itens a seguir.

97. Órgãos independentes são aqueles que encontram-se previstos no próprio texto constitucional, não se subordinando a qualquer outro órgão, cujos titulares são agentes políticos.

98. Diante do princípio da reserva legal, é cabível que lei específica editada pelo Congresso Nacional diretamente crie empresa pública de âmbito federal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

99. Em relação aos princípios fundamentais, julgue o item subsequente.

“A República Federativa do Brasil é uma autoridade que não pode ser limitada por nenhum outro poder, salvo, naturalmente, as restrições que decorrem dos imperativos de convivência pacífica dos Estados soberanos no plano do direito internacional.” O referido conceito reflete o pluralismo político, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

100. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue:

É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

101. Em relação aos direitos sociais, julgue o item a seguir:

A proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei, é um direito constitucional estendido à categoria do trabalhador doméstico.

102. A respeito dos direitos da nacionalidade, julgue o item a seguir:

Situação hipotética: Mary e seu marido John são americanos e estão a serviço do governo canadense no Brasil. Mary estava grávida e durante a sua estadia no país entrou em trabalho de parto, nascendo o seu filho Sam em território brasileiro. Sam não foi registrado em repartição pública brasileira. **Assertiva:** Sam será considerado brasileiro nato, diante do fato de ter nascido em território brasileiro, mesmo que seus pais sejam estrangeiros, uma vez que estes não estavam a serviço de seu país.

103. No que tange aos direitos políticos, julgue o item subsequente.

Situação hipotética: José, brasileiro naturalizado, 32 anos é casado com Maria, que ocupa o cargo de Senadora do estado Beta. Márcio pretende candidatar-se ao cargo de Governador do mesmo estado que sua esposa representa. **Assertiva:** José não poderá se candidatar a Governador em virtude da inelegibilidade reflexa.

104. Em relação à organização do Estado, julgue o item.

Situação hipotética: Com o intuito de estimular a abertura de igrejas, o que, ao ver dos idealizadores do projeto, contribuiria para aumentar o bem-estar da população, o Estado Beta editou a Lei nº 123/2023. Segundo esse diploma normativo, as igrejas que preenchessem os requisitos exigidos teriam subvencionadas 50% de suas despesas regulares. **Assertiva:** A Lei nº 123/2023 é inconstitucional, salvo se for assegurado que a subvenção alcance, de forma igualitária, todas as religiões.

105. Com relação ao Poder Legislativo, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Suponha que Tício, que foi eleito e diplomado como Deputado Federal, mas que ainda não tomou posse do mandato parlamentar, seja surpreendido pela Polícia em flagrante delito. **Assertiva:** Tício não poderá ser preso, independentemente do crime, uma vez que a CF veda a prisão em flagrante do parlamentar, mesmo ele não estando ainda investido no mandato.

106. A respeito do Poder Executivo, julgue o item subsequente.

Os cargos públicos ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

107. No que tange ao Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

Compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originalmente o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

108. Julgue o item no que tange as funções essenciais à Justiça prevista na Constituição Federal de 1988.

É função institucional da Advocacia-Geral da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

109. De acordo com a Lei Federal nº 6.404/1976, que dispõe acerca das sociedades anônimas, julgue o item a seguir.

Na companhia fechada é admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, não superior a 10 (dez) votos por ação ordinária.

110. Em relação às sociedades em comum, julgue o item seguinte.

Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, aquele que contratou pela sociedade.

111. No tocante ao direito empresarial, julgue o item a seguir.

O Código Civil de 2002 adotou a teoria dos atos de comércio, segunda a qual quem executa atividade econômica organizada destinada à produção e circulação de bens e serviços é considerado empresário.

112. No tocante à atividade empresária no contexto do direito empresarial, julgue o item a seguir.

A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.

113. Em relação às cooperativas, julgue o item seguinte.

A responsabilidade dos sócios é sempre limitada.

114. No tocante à capacidade do empresário, julgue o item a seguir.

Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade entre si qualquer que seja o regime de bens.

115. Julgue o item a seguir, acerca do estabelecimento empresarial.

Salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento,

se não tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em trinta dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.

116. Julgue o item a seguir, acerca das sociedades limitadas.

Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, exceto quando autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

117. Considerando as disposições da Lei nº 11.101/2005, julgue o item abaixo.

Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, exceto os ainda não vencidos.

118. Julgue o item a seguir, acerca das operações a que estão sujeitas as sociedades empresárias.

Até noventa dias após publicados os atos relativos à incorporação, fusão ou cisão, o credor anterior, por ela prejudicado, poderá promover judicialmente a anulação deles.

119. No que se refere às operações a que estão sujeitas as sociedades, julgue o item que se segue.

A transformação determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

120. Considerando as regras e os princípios gerais da Lei nº 11.101/2005, julgue o item abaixo.

A conciliação e a mediação deverão ser incentivadas em qualquer grau de jurisdição, inclusive no âmbito de recursos em segundo grau de jurisdição e nos Tribunais Superiores, implicando na suspensão dos prazos previstos na Lei nº 11.101/2005.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
